



FUNDAÇÃO CULTURAL
DE VARGINHA
Ars in Totum

| |
|--|
| CÂMARA MUNICIPAL VARGINHA - MG CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA Em, 29 / 11 / 25 às 15 : 21 h Billacy ASSINATURA |
|--|

OFÍCIO Nº 077/2025

De: Marco Aurélio da Costa Benfica
Diretor Superintendente da Fundação Cultural de Varginha
Para: Câmara Municipal de Varginha
Comissão de Justiça, Legislação e Redação

Data: 25/11/2025

Assunto: Encaminhamento da Nota Técnica nº 08/2025 – Análise do PL nº 2.111/2025

Senhores Vereadores,

Em atenção ao Ofício nº 74/2025 desta Câmara Municipal, por meio do qual foi solicitada manifestação técnica referente à pertinência do Projeto de Lei nº 2.111/2025, que “Reconhece o PROERD como Patrimônio Imaterial do Município de Varginha”, encaminho a Nota Técnica nº 08/2025, elaborada pela Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural desta Fundação Cultural.

O referido documento apresenta análise técnica sobre o enquadramento do objeto do projeto de lei no âmbito do patrimônio cultural imaterial municipal, conforme o Decreto Municipal nº 8.818/2018 e demais normativas aplicáveis.

Dessa forma, submeto a Vossas Senhorias a nota técnica anexa, para conhecimento e demais providências que essa Comissão entender cabíveis no exercício de suas competências regimentais.

Reiteramos nossa estima e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,

Marco Aurélio da Costa Benfica
Diretor Superintendente
da Fundação Cultural de Varginha

NOTA TÉCNICA Nº 08/2025

COORDENADORIA TÉCNICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

REFERÊNCIA: Análise da pertinência técnica do PL nº 2.111/2025 – Reconhecimento do PROERD como Patrimônio Imaterial do Município

INTERESSADO: Câmara Municipal de Varginha – Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final

PROPONENTE DO PL: Vereador Davi Martins

EMENTA: Reconhece o PROERD como Patrimônio Imaterial do Município de Varginha.

1. INTRODUÇÃO

Esta Nota Técnica tem por finalidade apresentar à apreciação do Comissão de Justiça, Legislação e Redação Final da Câmara Municipal de Varginha, subsídios técnicos referentes ao Projeto de Lei nº 2.111/2025, que “reconhece o Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD como Patrimônio Imaterial do Município de Varginha”.

A análise é realizada à luz do Decreto Federal nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no Brasil, e do Decreto Municipal nº 8.818/2018, que estabelece o procedimento de identificação, instrução, análise e registro dos bens culturais imateriais no âmbito municipal.

2. DO OBJETO DA DILIGÊNCIA

A Comissão solicita manifestação desta Fundação Cultural quanto:

1. ao procedimento de registro de um bem cultural imaterial no Município;
2. às etapas, critérios e análises técnicas exigidas;

3. à adequação técnica e jurídica do PL nº 2.111/2025 frente à legislação municipal aplicável ao patrimônio imaterial.

4. DO PARÂMETRO FEDERAL E DA DOUTRINA

O Decreto Federal nº 3.551/2000, que institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial no âmbito do IPHAN, e a literatura especializada em patrimônio cultural imaterial (UNESCO, IPHAN e autores de referência) estabelecem critérios universalmente aceitos:

- existência de referência identitária e simbólica;
- continuidade histórica;
- transmissão intergeracional espontânea;
- origem comunitária e coletiva, e não estatal;
- vínculo com tradições, sociabilidades, práticas culturais e modos de vida reconhecidos pela própria comunidade.

Esses parâmetros são reproduzidos pelo Decreto Municipal nº 8.818/2018.

5. DO PROCESSO DE REGISTRO DE BENS CULTURAIS IMATERIAIS NO MUNICÍPIO

O registro de bens culturais de natureza imaterial é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público reconhece, protege, documenta e inscreve em livro próprio expressões culturais vinculadas à memória, identidade e história da comunidade varginhense, garantindo sua continuidade e transmissão às gerações futuras.

O processo de registro municipal é constituído por um dossiê de documentos técnicos e por atos administrativos, cujo rito legal está definido no Decreto Municipal nº 8.818/2018, complementar ao Decreto nº 3.551, de 04 de agosto de 2.000. Todos os

documentos que compõem este Processo fundamentam, justificam e legalizam o reconhecimento da proteção do bem cultural imaterial no contexto da municipalidade.

A instrução do processo de registro deverá ser realizada pelo Setor de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural do Município de Varginha, com a participação dos grupos detentores, ou de seus membros representantes. A anuência e mobilização social destes grupos é requisito fundamental para a instauração do processo de registro. Os detentores devem participar desde a expressão formal de concordância com a solicitação de registro, durante a elaboração e acompanhamento do plano de salvaguarda, até o momento da revalidação do título.

Conforme o Decreto Municipal nº 8.818/2018, o registro é realizado em quatro Livros de Registro:

1. Livro dos Saberes – conhecimentos, técnicas e modos de fazer tradicionais enraizados no cotidiano das comunidades;
2. Livro das Celebrações – rituais, festas e práticas coletivas relacionadas ao trabalho, religiosidade, lazer e vida social;
3. Livro das Formas de Expressão – manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
4. Livro dos Lugares – espaços urbanos ou rurais, mercados, feiras, praças, santuários e demais áreas onde práticas culturais coletivas se desenvolvem.

O Conselho Deliberativo Municipal do Patrimônio Cultural de Varginha - CODEPAC pode criar novos livros, caso necessário.

O procedimento de registro deve seguir etapas formais e técnicas obrigatórias, sob supervisão da Fundação Cultural e deliberação do CODEPAC, conforme os arts. 3º a 5º do Decreto.

5.1. ETAPAS OBRIGATÓRIAS DO PROCESSO:

1. Proposição formal (art. 3º) por qualquer uma das entidades legitimadas, incluindo o Poder Legislativo.

2. Abertura de processo técnico junto ao CODEPAC (art. 4º). A abertura não implica reconhecimento; inicia-se apenas análise técnica preliminar.
3. Instrução detalhada do bem (art. 4º, §2º), contendo:
 - o O dossiê técnico de registro deve apresentar a justificativa, a delimitação, a história e o significado cultural do bem, acompanhados de uma descrição pormenorizada e da documentação comprobatória necessária. Também deve reunir os elementos que evidenciem sua relevância, continuidade histórica, identidade cultural e vínculo com a memória social, além da identificação da comunidade detentora, incluindo sua tradição, formas de transmissão, representatividade e continuidade. O documento deve conter ainda a análise antropológica, sociocultural e metodológica que fundamenta o reconhecimento do bem. Por fim, integra o dossiê o Plano de Salvaguarda, elaborado em conjunto com a comunidade, contendo as diretrizes e ações de preservação previstas, acompanhadas de um cronograma gráfico de dez anos para sua execução.
4. Solicitação de informações complementares quando necessário (art. 4º, §3º).
5. Parecer técnico e publicação para manifestação pública (art. 4º, §4º).
6. Deliberação final do CODEPAC (art. 5º). O reconhecimento depende de aprovação do Conselho, órgão competente pela decisão.
7. Ato de homologação do registro, a ser formalizado por decreto do Poder Executivo.
8. Registro no Livro correspondente e classificação como “Patrimônio Cultural de Varginha”, caso aprovado (art. 5º, parágrafo único).

Essas etapas decorrem também das diretrizes do Decreto Federal nº 3.551/2000, que prevê inventários e estudos técnicos prévios, além da fundamentação antropológica e sociocultural como requisitos essenciais para o registro.

6. CRITÉRIOS TÉCNICOS E REQUISITOS DE ANÁLISE PARA SER BEM IMATERIAL MUNICIPAL

De acordo com o Decreto Municipal nº 8.818/2018 e sua inspiração no modelo federal, a avaliação do bem deve considerar, entre outros:

- Caráter coletivo e comunitário;
- Continuidade histórica da prática (art. 2º, §3º).
- Relevância local para a memória, identidade e formação social da comunidade.
- Reconhecimento comunitário e vínculo com práticas culturais, tradições, modos de fazer, celebrações ou expressões coletivas.
- Transmissão intergeracional espontânea, não institucional;
- Pertinência ao escopo dos Livros de Registro definidos no Decreto.
- Documentação, comprovação, inventário e análise técnica multidisciplinar.

O registro não é um ato meramente declaratório ou legislativo. Ele depende de processo técnico-administrativo específico, conduzido por órgão especializado e deliberado por instância própria (CODEPAC), órgão de preservação do patrimônio cultural municipal.

7. DA ANÁLISE DO OBJETO DO PROJETO DE LEI

Após análise da matéria e cotejo com os ordenamentos federal e municipal, conclui-se:

7.1. AUSÊNCIA DE PROCESSO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O Projeto de Lei não apresenta qualquer instrução técnica exigida pelo Decreto Municipal nº 8.818/2018, tais como:

- proposta formal junto ao CODEPAC
- estudo de caracterização cultural;
- descrição pormenorizada com elementos antropológicos;
- comprovação de relevância local segundo critérios patrimoniais;
- anuência de comunidade detentora;

- consulta pública;
- dossiê técnico;
- parecer do CODEPAC.

Sem esse processo, não há base técnica nem jurídica para conferir ao PROERD o status de Patrimônio Cultural Imaterial.

7.2. NATUREZA DO OBJETO

O PROERD é um programa institucional do Estado, de caráter educativo e preventivo, desenvolvido pela Polícia Militar, com metodologia padronizada em todo o país. Trata-se de uma política pública pedagógica, não originada da comunidade e sem vínculo com práticas culturais tradicionais, saberes transmitidos entre gerações, celebrações ou formas de expressão próprias da sociedade local.

Dessa forma, o PROERD não se enquadra nas categorias de bens culturais imateriais previstas no art. 2º do Decreto Municipal nº 8.818/2018, pois não deriva de tradições locais, não constitui prática cultural espontânea ou identitária e não apresenta natureza comunitária ou continuidade histórica que caracterize patrimônio cultural imaterial. Portanto, não possui natureza de bem cultural imaterial.

7.3. COMPETÊNCIA TÉCNICA

O Decreto Federal nº 3.551/2000 e o Decreto Municipal nº 8.818/2018 estabelecem que:

- o reconhecimento como patrimônio imaterial é ato administrativo especializado, instruído, avaliado e decidido por órgão técnico (Fundação Cultural de Varginha / CODEPAC);
- o ato legislativo não substitui nem pode prescindir desse procedimento técnico.

Assim, um Projeto de Lei declaratório não atende ao rito legal de registro.



7.4. INADEQUAÇÃO JURÍDICA DA PROPOSIÇÃO

Diante dos dispositivos vigentes, conclui-se que:

- o PL não possui aderência técnica aos critérios de patrimônio cultural imaterial;
- o PL fere o procedimento obrigatório estabelecido pelo Decreto nº 8.818/2018;
- não há pertinência temática para enquadramento do PROERD como bem cultural imaterial;
- a aprovação legislativa, nos moldes apresentados, configuraria desvio de finalidade e possível vício de iniciativa, ao interferir em competência técnica e decisória do CODEPAC.

8. CONCLUSÃO E PARECER

À luz do Decreto Municipal nº 8.818/2018, do Decreto Federal nº 3.551/2000 e da doutrina especializada, conclui-se que:

1. O PROERD não se enquadra nos critérios que definem bens culturais imateriais, por não constituir prática comunitária, identitária, tradicional ou transmitida entre gerações.
2. O Projeto de Lei nº 2.111/2025 não observa o rito técnico-administrativo obrigatório para o registro de bens imateriais no Município.
3. O programa possui natureza educativa e preventiva, sem relação com o campo do patrimônio cultural.
4. A proposta não encontra respaldo jurídico ou técnico para seu enquadramento como patrimônio imaterial.

Diante do exposto, este setor de patrimônio cultural manifesta-se pela inadequação técnica e jurídica do reconhecimento pretendido, uma vez que o PROERD



não pode ser classificado como bem cultural imaterial conforme a legislação vigente. Não há base legal ou metodológica que permita sua tramitação nessa categoria, e eventual iniciativa futura deverá observar integralmente os critérios aplicáveis, o que, no caso específico, não se mostra possível.

Para fins de tramitação, encaminha-se a presente Nota Técnica à Comissão de Justiça, Legislação e Redação da Câmara Municipal para conhecimento e adoção das providências cabíveis, especialmente quanto à análise da conformidade do Projeto de Lei nº 2.111/2025.

Varginha, 25 de novembro de 2025.



Arq. Danielle de Souza Guimarães | CAU A64772-1
Coordenadoria Técnica do Patrimônio Cultural
Fundação Cultural de Varginha